



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA (20ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima (20ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 18 de junho de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Nona (19ª) Sessão Ordinária, realizada em 15 de junho de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Neste ponto, solicitou a palavra o Vereador Jorge Setoguchi, para, desde logo, solicitar fosse guardado um respeitoso *Minuto de Silêncio*, em memória do senhor *Qodra'u'llah Soltani, fundador da Indústria Sulamericana, fundador da ONG Badí e idealizador do Centro Educacional Bahá' - Soltanieh*, falecido no sábado, dia 20, com 92 anos de idade. Familiares se encontravam nas galerias da Casa. A solicitação foi aprovada, pelo Plenário, e cumprida, com todos os vereadores, em pé. Cumprida dita providência, na sequência, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 81, de 2015, de autoria do Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, “dispondo sobre alteração de dispositivo da Lei Municipal nº 4.246/2006, sobre utilização de caçambas estáticas coletoras de entulhos, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 82, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dando denominação oficial à Rua Projetada II, localizada no Loteamento Vila Toscana, de Rua Francisco Pulcinelli”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Relatório de Restos a Pagar, Posição de Dotação, Listagem de Empenho e Balancete da Receita da Prefeitura de Mogi Mirim, “referente ao mês de maio de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 244 e 245, de 2015, do Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe, se existe projeto de alteração do local, onde é realizado o exame prático de auto escola, atualmente, realizado na Rua César Gasparotto, no Parque da Imprensa” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o pró-labore mensal aos policiais militares de Mogi Mirim, fixado através da Lei nº 5.514/2013”; nº 246, de 2015, da Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando, “seja oficiada a concessionária do transporte coletivo, Viação Santa Cruz, para que informe a respeito de atrasos nas linhas de ônibus 01, 02, 09 e 10, que servem à zona leste, em Mogi Mirim”; nºs 247, 248, 250, de 2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre quais motivos impedem as atualizações periódicas no Portal da Prefeitura, no que se refere ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº 131/2009”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia do termo de compromisso de remanejamento das famílias, localizadas em Áreas de Preservação Permanente – APPs, no Parque das Laranjeiras” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que informe sobre o funcionamento do Conselho Municipal da Condição Feminina, criado através da Lei nº 2.359/1992, e alterado, através da Lei Municipal nº 4.422/2007”; nºs 249 e 270, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Net Serviços S/A, para que seja implantado serviços de TV, por assinatura, Internet Banda Larga e NET Fone – Via Embratel, no Bairro SEHAC” e “seja oficiada a empresa Vivo S/A, para instalação e implantação dos serviços de Internet Banda Larga, no bairro SEHAC”; nºs 253 e 254, de 2015, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para implantação de rotatória, no cruzamento da Avenida Benedicto Marques de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Camargo, com a Rua Castro Alves, na entrada do bairro Linda Chaib”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, a construção de acostamento próximo à Equoterapia Amanda, na Rodovia dos Agricultores”; n°s 255 e 264, de 2015, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a existência, ou não, de estudos para revitalização da Praça Dr. Antônio Rodrigues do Prado, no Parque do Estado II” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre os casos de Dengue no município”; n° 256/2015, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, solicitando, “seja oficiado o Presidente do SAAE, para que participe de audiência pública agendada para o dia 08 de julho, às 19h30, visando discussão do plano de perdas do SAAE”; n° 257, de 2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a telefônica Vivo Telecomunicações de São Paulo S/A, para que informe sobre instalação e implantação dos serviços de telefonia/Vivo/Speedy no Bairro Jardim Floresta”; n°s 258, 259 e 260, de 2015, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para viabilidade de atendimento à Indicação n° 815/2013, para criação de um programa de incentivo fiscal às empresas, que concedem o primeiro emprego aos jovens mogimirianos”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a viabilidade de atendimento à Indicação n° 429/2014, para implantação de cursos de capacitação profissional às pessoas desempregadas e de baixa renda, nos Bairros Jardim Floresta e Jardim Planalto” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a viabilidade de atendimento à Indicação n° 936/2013, para implantação da Guarda Municipal de Proteção aos Animais”; n° 261, de 2015, do Vereador Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Stupp, reiterando o sugerido na Indicação nº 591/2014, para conserto de vários trechos do calçamento da Praça Rui Barbosa e Praça São José”; nºs 262 e 263, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe a relação das farmácias do município, credenciadas ao programa Farmácia Popular, do Governo Federal” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que officie à Intervias S/A – Concessionária de Rodovias do Interior, providências para implantação de mecanismo redutor de velocidade, no trevo que dá acesso à Rodovia Municipal André Franco Montoro e à Rua Santos Dumont”; nºs 266, 267 e 268, de 2015, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o sugerido na Indicação nº 549/2014, para instalação de lixeira no ponto de ônibus, localizado no início da Rua Campo Grande, no Bairro Mirante” e “seja oficiada a Viação Santa Cruz, para que realize reforma no ponto de ônibus, localizado no início da Rua Campo Grande, no Bairro Mirante” e “seja oficiado o Diretor do SAAE, para que informe a respeito do esgoto, que vem sendo despejado in natura, na parte baixa do bairro Eugênio Mazon – CDHU”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 269, 271 e 272, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “melhorias na estrada rural João Luiz Moreno – MMR357”, “manutenção na iluminação pública na Rua Paulino Albejante, localizada no Jardim Bicentenário” e “manutenção e melhorias na estrada rural MMR-302, denominada Estrada Rural Alexandre Polettini”; nº 270, de 2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, sugerindo, “reparos na Praça Barão de Rio Branco, troca de lixeiras, postes, proteção do relógio de água, corte de grama, entre outras providências”; nº 273, de 2015, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, sugerindo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

respectivamente, “providências, para disponibilizar uma linha telefônica exclusiva ao Programa Bem Estar Animal, bem como a divulgação do número à população, em geral”; nº 274, de 2015, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “a construção de um portal, na entrada da cidade”; nº 275, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, “reparos e limpeza na Praça Orlando Guarnieri, localizada na Avenida Brasil, esquina com a Rua José Scudeler, no Bairro Santa Cruz”; nºs 276 e 277, de 2015, do Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “limpeza nas calçadas na Rua Conde Álvares Penteado, no Mirante” e “limpeza na área verde, localizada atrás do ponto de ônibus, no início da Rua Campo Grande, Bairro Mirante”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 48 e 50, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos, para com o piloto Luiz Henrique Mattos – Ique Mattos, pela participação e classificação, em primeiro lugar, na categoria geral, na Copa Salto Zero Velocross, realizada no dia 14 de junho do corrente, na cidade de Engenheiro Coelho” e “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo passamento do senhor Luiz Conti, ocorrido no dia 15 de junho último”; nº 49, de 2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de repúdio, para com o Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE e para com a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Ares-PCJ, pelo aumento na tarifa de água e esgotos de 17,65%, considerado impositivo e abusivo”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº 484/2015, datado de 22 de maio de 2015, subscrito pelo Sr. Armando Luiz Rovai, Coordenador da Assessoria Especial Parlamentar do Gabinete do Secretário Estadual de Segurança Pública, “respondendo ao Requerimento nº 575/2014, desta



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); Ofícios n.ºs. 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, datados de 16 de junho de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento n.º 183/2015; Requerimento n.º 165/2015; Requerimento n.º 211/2015; Requerimento n.º 145/2015; Requerimento n.º 146/2015; Requerimento n.º 182/2015; Requerimento n.º 201/2015; Indicação n.º 132/2015; Indicação n.º 134/2015; Indicação n.º 154/2015; Indicação n.º 212/2015; Indicação n.º 122/2015; Indicação n.º 137/2015; Indicação n.º 185/2015; Indicação n.º 167/2015; Indicação n.º 210/2015; Requerimento n.º 167/2015; Requerimento n.º 225/2015; Requerimento n.º 199/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. O primeiro inscrito foi o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, que prestou sua homenagem à família Soltani, empenhando seus sentimentos pelo passamento do patriarca e explicando que a família muito contribuía, no município, através de projetos sociais e também, com a Secretaria de Segurança Pública. Por fim, transmitiu agradecimentos da senhora Glória Soltani aos Bombeiros da Secretaria Municipal de Segurança, pela bela homenagem que tinha sido feita, pela corporação, no sepultamento do ilustre cidadão. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que também cumprimentou a família Soltani e deixou seus sentimentos aos entes enlutados. Depois, passou a tratar do plano municipal de educação, já aprovado pela Casa, na semana passada, rebatendo as críticas feitas pela Secretária de Educação, Márcia Róttoli, em jornal, a respeito das emendas, que a oradora tinha apostado ao projeto. “Fiz elogios ao plano, porque foi elaborado pela própria secretaria, sem contratação de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

empresa, mas lendo as declarações da Secretária Márcia Róttoli, no jornal A Comarca, penso que ela faltou com o respeito para comigo e para com os demais vereadores, porque ela já foi vereadora e ela sabe, que, na Câmara, o processo é democrático; minhas emendas não foram feitas de qualquer jeito, mas estudei, para que as emendas saíssem de acordo com as diretrizes nacionais, elencadas no plano nacional de educação, e nada escrevi díspar; a questão de garantir cinquenta por cento dos professores com pós-graduação consta no plano nacional; ela disse que minha emenda é inócua, porque oitenta e três por cento dos docentes do município já têm pós-graduação, e eu digo: que bom! Mas o que não está em lei, não é válido, e precisamos garantir e determinar cinquenta por cento de docentes, com pós-graduação, no município, como o plano nacional determina; a secretária também fala da outra emenda, onde pedi equiparação salarial dos professores aos demais profissionais, e ela me chamou de comunista, em virtude da proposta, e aos que votaram favoráveis também, então, pergunto: valorizar o professor é comunismo? Daqui seis anos, os professores terão um salário equiparado ao dos médicos e isso é bom! O professor deve ganhar bem, precisa de salário justo, precisa equiparação, e ela me chamou de comunista, portanto, não entendo e creio que o prefeito deva conversar com a Secretária de Educação sobre isso, haja vista que a mãe dele é professora também, e reafirmo, que não fiz nada de mais, além do que garantir, na lei municipal, o que estava disposto na lei nacional”, explanou e encerrou participação. O próximo orador foi o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo que, primeiramente, externou seus sentimentos à família Soltani, pelo passamento de seu patriarca. Ato contínuo, passou a explicar sobre o projeto de lei de sua autoria, lido na presente sessão, relativo a lei, que regulamentava as caçambas de entulho no município. Concluindo, disse que observava um número elevado de acidentes envolvendo as caçambas, inclusive, com óbitos, recentemente; que a Lei Municipal 4.246/2006, regulamentava o serviço e ele propunha alteração



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao Artigo 8º, ampliando as exigências de sinalização das caçambas, atualmente, apenas a de uma faixa estreita; que as caçambas de cor escura ficavam invisíveis no período noturno, em locais de pouca luminosidade, que tinha feito a proposta, exigindo a padronização da cor amarela, para tornar as caçambas visíveis, no escuro e na neblina, bem como adesivos de faixas, nas quatro faces, e faixas reflexivas, em toda a extensão da caçamba. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. Este, de início, cumprimentou a família Soltani e empenhou seus sentimentos. Prosseguindo, falou sobre o aumento da tarifa de água e da Moção de repúdio aprovada, frisando que o aumento tarifa d'água não passava por votação, na Câmara, mas era estabelecido por decreto. Classificou o índice de reajuste, de 17,67%, como absurdo e injusto e registrou sua indignação e seu repúdio. Finalizando, comentou sobre resposta que recebeu para uma solicitação, que tinha feito, requerendo fosse emitida uma notificação, antes de aplicada a multa, no estacionamento rotativo - zona azul, informando que a resposta fora positiva e a multa não seria mais direta, mas precedida da notificação e ainda, com aplicação de uma taxa menor. “Sou a favor de penalizar infrator, mas não diretamente”, sublinhou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Quaglio, que mencionou os comentários tecidos pela Secretária de Educação, Márcia Róttoli, no jornal, sobre as emendas da Vereadora Dayane Amaro, no plano municipal de educação. Pediu, apenas, que os pares analisassem as palavras proferidas e publicadas, no jornal, e tirassem suas próprias conclusões. Prosseguindo, abordou o reajuste da tarifa de água e a Moção de Repúdio aprovada, pois era contra o aumento, haja vista que o aumento salarial dos trabalhadores brasileiros tinha girado em torno de oito, ou nove por cento, em vários segmentos da economia nacional, e o reajuste da água, em Mogi Mirim, quase o dobro disso. “Acho que decreto deveria deixar de existir, porque é muito poder numa mão só, no caso, na mão da Agência Reguladora Ares-PCJ, e eu penso que deveria ser sazonal, pois cada



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cidade sabe das suas condições, e deveria também, passar pela Câmara, assim como o salário do funcionalismo; temos que alterar isto, junto aos deputados e senadores, mudar este tipo de legislação, portanto, fica a sugestão de buscarmos nossos senadores e deputados, pois não há força alguma para o povo, através de decretos”, explicou. Depois falou sobre a Contribuição de Iluminação Pública - CIP e a situação da iluminação em Mogi Mirim, narrando que, na data, um contrato entre Elektro e Prefeitura de Mogi Mirim tinha sido celebrado, objetivando a manutenção da iluminação. “Eu votei a favor da CIP, porque era algo necessário e porque se tratava de uma regulamentação da ANEEL, que passou a obrigação da manutenção para os municípios, mas, aqui, ocorreu o contrário, o município arrecadou, não fez nada, não diz onde está o dinheiro arrecadado, Mogi Mirim está apagada e ninguém toma providência alguma; se votássemos contra, o prefeito estaria dizendo que não tinha como fazer, mas votamos a favor e ele tem tudo na mão, condições e a máquina, mas não fez e não faz e eu sei o porquê, mas guardo no silêncio, porque o dinheiro foi gasto em outros lugares, onde não se deveria ter gastado, portanto, os votos de confiança que dei ao prefeito, todos foram por água abaixo, todos, até o momento e, agora, serei contra tudo o que venha onerar o bolso da população, sempre”, aclarou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo que, desde logo, registrou seu profundo pesar à família Soltani. Posto isto, parabenizou todas as entidades e as pessoas colaboradoras e voluntárias de todas as festas juninas da cidade, festas nas quais era arrecadado grande parte do orçamento anual das entidades assistenciais de Mogi Mirim. Depois, relatou visita que fizera ao Parque das Laranjeiras, durante o final de semana, para conferir o que o Secretário de Obras tinha dito, em jornais, ou seja, de que noventa e cinco por cento das obras de infraestrutura estavam concluídas, no bairro, registrando o orador, em foto, que não existiam noventa e cinco por cento de obras conclusas “nem aqui, nem na China”. Afirmou que existiam obras, mas não conclusas em noventa e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cinco por cento, e que isso era inverdade. “Parem com o descaso para com a população do Parque das Laranjeiras e quando tiverem cem por cento concluídos, daí sim, venham aqui e anunciem”, destacou. Prosseguindo, falou sobre o aumento da água e sobre a Moção de Repúdio, por todos assinada, e se posicionou, contrariamente, ao índice de reajuste informado pelo diretor da Ares-PCJ, pessoa que, inclusive, tinha “tirado sarro” da cara dos vereadores, homem deselegante, que viera apenas “carimbar” aquilo, que já havia sido determinado pela agência reguladora. “Será que o prefeito não teve uma conversa? Não sabia? Não poderia interferir? E o Presidente do SAAE nem veio na reunião, quando deveria estar aqui”, inquiriu o vereador. Sobre a iluminação pública, destacou que alguns consertos, em postes e lâmpadas, tinham se iniciado, na cidade, mas, por outro lado, lembrou que a prefeitura arrecadava desde o mês de setembro de 2014, que o valor arrecadado tinha sido estimado em três milhões de reais e que, ninguém dava explicações de onde tinha sido aplicado o montante. “A prefeitura arrecada desde setembro, até agora, então, o que a prefeitura está esperando para se preparar para o trabalho? Com três milhões de reais a administração poderia adquirir caminhões, abrir concursos e ampliar o quadro de funcionários, para que não chegar ao término do contrato e dizer que não houve tempo hábil”, pontuou. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que versou sobre a audiência que propôs, para debates em torno da proposta nacional de redução da maioria penal, realizada no dia 20, sábado. Explicou, que a proposta já tinha sido aprovada nas comissões de estudo da Câmara Federal, que iria à votação, tanto na Câmara, quanto no Senado, e que, a população tinha que tomar ciência dos problemas que a atingiam e se posicionar, sempre. Relatou a presença de cerca de vinte pessoas e agradeceu a presença do Secretário Municipal de Esportes, Dirceu Paulino, da assistente social Cintia Fantacussi, Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente, os quais tinham abrilhantado a discussão sobre o assunto, colocando,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

igualmente, a realidade das crianças e adolescentes, assim como também, a questão do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, suas falhas, a falta de regularização, de recursos da Fundação CASA e de serviços, na comunidade, para atuação na educação e na prevenção. Agradeceu também, a participação dos colegas vereadores Maria Helena Scudeler de Barros, Luís Roberto Tavares e Dayane Amaro Costa, e de representantes dos partidos políticos PSOL, PSB e PT, e expôs que tinham sido trazidos vários dados ao debate, relativos aos EUA, de estados que tinham baixado a maioria e a tinham elevado, novamente, e, para encerrar, frisou que tinha sido muito bom ter participado da discussão, que tinha sido positiva e, para dar sequência às intenções, um documento seria elaborado, para remeter aos deputados, em Brasília. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. Este agradeceu a aprovação de suas proposições, especialmente, indicação para melhorias na estrada rural João Luiz Moreno – MMR357, e requerimento, pedindo informações sobre o pró-labore mensal dos policiais militares de Mogi Mirim, fixado através da Lei nº 5.514/2013. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. Este, primeiramente, agradeceu a presença, nas galerias, de alguns moradores do Parque das Laranjeiras e de alguns jovens, membros da Igreja Universal do Reino de Deus, estes últimos, liderados por Ademir de Souza e outros. Explicou, que os jovens da Igreja Universal tinham estado na Câmara, na última quinta-feira, numa reunião política, haja vista que tentavam formar um grupo de politização e haviam colaborado e muito na elaboração das emendas, as quais tinham sido anexadas ao plano municipal de educação. “Parabéns aos jovens e obrigado pela colaboração e presença”, endossou. Ato contínuo, empenhou seus sentimentos à família Soltani, rogando a Deus que confortasse os corações e relatou que o fundador da empresa Sulamericana, o falecido Q. Soltani, tinha acolhido sua família, recém-migrada para Mogi Mirim, proporcionando ao seu irmão mais velho, o novo chefe da família, por razão do falecimento de seu pai, o primeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

emprego. Depois, versou sobre os problemas do CDHU, objeto de um seu requerimento, pedindo explicações ao SAAE. Aclarou, que, na parte baixa do bairro, funcionava a lagoa de degradação do SAAE; que, nesse local, atualmente, havia um sistema de bombeamento, que fazia a sucção do esgoto da parte baixa, abrangendo os bairros Parque das Laranjeiras, CDHU e Jardim Europa, e que, estava ocorrendo o despejo clandestino de um líquido nocivo, no córrego, motivo pelo qual ele tinha solicitado informações por parte do SAAE, sobre o que estava acontecendo e sobre a quantidade e volume do que estava sendo despejado. “Vou aguardar, mas se não me responderem, vou tomar outras providências”, destacou. O vereador sublinhou pedido para várias providências para ponto de ônibus, localizado no início da Rua Campo Grande, no Bairro Mirante, que “estava abandonado pela Viação Santa Cruz” e falou ainda, sobre o uso do cerol, que era perigoso e proibido. “Às vésperas das férias escolares, faço sempre uma indicação à Guarda Civil Municipal, para providências, quanto ao uso do cerol, principalmente, durante as férias, e, depois disso, passadas as férias, eu faço um outro requerimento e peço informações à GCM, sobre o material que foi apreendido, nunca me é respondido, mas vou fazer, novamente, e solicito resposta à indicação e ao requerimento, desta vez, porque eu quero saber, detalhadamente, e vou também, visitar locais onde está sendo comercializado o cerol e, se a GCM não tomar providências, vou levar o caso ao Promotor, porque estamos sem qualquer segurança, nesta questão”, explicou e finalizou sua fala. Também fez uso da palavra, no “Expediente”, o Vereador Luiz Antônio Guarnieri que, de início, externou seu pesar diante do passamento do senhor Q. Soltani, a quem classificou de grande homem, cidadão exemplar, pai, empresário, benemérito, digno de elogios e espelho para futuras gerações. Depois falou sobre os trabalhos da Comissão Processante para Cassação do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, da liminar, expedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que tinha suspenso os trabalhos da referida comissão e leu relatório,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

elaborado, em comum acordo, entre os membros, pela suspensão temporária dos trabalhos, até decisão judicial. O relatório, assim redigido: “**TERMO DE SUSPENSÃO DOS TRABALHOS.** Considerando a publicação de nova liminar, proferida pelo Senhor Doutor Roberto Mortari, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 2077229-80.2015.8.26.0000), em 26 de maio do presente ano, atribuindo eficácia “*ex tunc*” na liminar, inicialmente deferida, suspendendo, então, temporariamente, qualquer ação, ou procedimento de apuração de responsabilidade do Prefeito, que estiver tramitando, na Câmara Municipal, até que a ação seja julgada definitivamente, a Comissão Processante, instituída através da portaria nº 15/2015, da Câmara Municipal de Mogi Mirim, vem acostar aos autos deste processo, o presente Termo de *Suspensão dos Trabalhos*, em cumprimento à determinação judicial citada, até que decisão definitiva seja proferida, ou que permita o livre andamento dos trabalhos desta comissão. Mogi Mirim, 22 de Junho de 2015. VEREADOR LUÍS ROBERTO TAVARES – PRESIDENTE; VEREADOR LUIZ ANTONIO GUARNIERI – RELATOR; VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO – MEMBRO”. Narrou ainda, visita que fez ao Instituto Júlia Gardenalli Bazuco, antigo Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade, entidade que tivera recursos aprovados, pela Casa, na semana anterior. Salientou que tinha sido muito bem atendido, que a entidade era arrumada, limpa, realizava trabalhos em terapia, também psicológicos, enfim, uma entidade digna de elogios. “O dinheiro foi muito bem direcionado e será bem aplicado”, sublinhou. O vereador versou, por fim, sobre o Requerimento nº 256/2015, de sua autoria, que convocou o Presidente do SAAE, para participar da audiência pública, objetivando debates sobre o Plano de Perdas da autarquia, programada para o dia 08 de julho. Informou, que a convocação se dera para enriquecer a discussão e porque havia preocupação com o destino da autarquia e de seus funcionários, além de uma preocupação com os índices de reajustes da água. Na sequência, fez uso da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, empenhando seus sentimentos à família Soltani e revelando que sua mãe havia sido colaboradora na empresa Sulamericana, durante vinte anos. Abordou também o tema da água e seu reajuste, disse que o índice de 17,67% era absurdo, colocou que o povo iria sofrer e disse que faria um requerimento sobre o assunto. Falou sobre o Jogo Solidário ao Silvinho, congratulando-se com os organizadores e explicando, que Silvinho tinha sido um jogador de futebol, ponta direita do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC, na década de 1980, e, agora, passava por uma situação difícil, tendo sido ajudado pelos amigos, que haviam organizado o jogo. Para encerrar, parabenizou a população do Parque das Laranjeiras, presente nas galerias, estabelecendo, que aqueles que buscavam, eram sempre contemplados, em suas buscas. “Parabéns pela presença, na segunda sessão consecutiva, nesta Casa”, frisou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Benedito José do Couto. Ele cumprimentou o público e os amigos do Parque Laranjeiras, bem como os jovens da igreja Universal, que prestigiavam os trabalhos, algo de grande importância. Deixou também, sentimentos à família Soltani, pelo falecimento do Sr. Soltani, um grande homem, em todas as esferas, na cidade, como empresário e como colaborador do município. Falou sobre Parque Laranjeiras, afirmando que estava feliz por ver os munícipes protestando, pois se via neles, haja vista que, há alguns anos, era ele quem estava reivindicando e tinha conseguido o asfaltamento da primeira parte do bairro. “Hoje, estou aqui, como vereador, cobrando o que não é fácil, porque uma andorinha só não faz verão, mas a gente tem o apoio de muitos vereadores aqui, Robertinho por exemplo; é uma grande luta, que nós temos travado juntos, aqui, e, se dependesse de nós, tudo já estaria tudo pronto, mas, infelizmente, não somos nós que fazemos, que executamos, mas fazemos aqui o nosso trabalho, e fico feliz e peço que vocês não desanimem e continuem nessa luta, vindo aqui nos prestigiar, ou melhor, unindo mais forças, para que, dessa forma, tenhamos condições de fazer uma pressão maior”,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

colocou. Falou ainda, que visitara o bairro, ao lado do secretário de obras, que aproveitara o momento para cobrar, como já vinha cobrando, mostrar, no local, as dificuldades e pedir ao secretário, que fizesse um grande esforço, para que fizesse a Rua 17, até o seu final, e concluísse as Rua 03 e Rua 05. “Ele não me garantiu ainda, mas disse que vai fazer todo o esforço e vai me dar uma resposta, daqui a alguns dias, porque ele precisa ver a questão do orçamento, o material que eles têm, se conseguem fazer, mas podem ter certeza, que a gente não desiste e vai continuar, praticamente, todo santo dia, lembrando a ele dessa resposta, para que a gente possa chegar até ali”, explicou. O vereador discursou também sobre a moção de repúdio contra o aumento abusivo da água, disse que o aumento deveria ser, no máximo, de 8%, que era a reposição da inflação e concordou que o representante da agência tinha sido um pouco irônico, em dizer que nem o prefeito conseguiria reverter o índice estabelecido. “Agora, eu espero que, com esse repúdio, que nós fizemos, a gente possa ter uma força e mostrar para ele, que não é bem assim, que não é desse jeito, passando por cima, e dizendo que vai fazer e vai acontecer; eu creio, que com esse repúdio, nós vamos conseguir o resultado de reduzir, pelo menos, esse valor que está realmente abusivo”, disse, finalizando. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que, desde logo, manifestou sentimentos à família Soltani, pois tinha muita amizade com a senhora Glória Soltani e com os funcionários da Sulamericana, comparecendo sempre nos eventos do Centro Badí. Disse que estava muito triste pelo falecimento de um grande homem, “exemplo de ser humano”. Ato contínuo, agradeceu a aprovação de requerimento de sua autoria, também assinado pelos Vereadores Waldemar Marcurio e Laércio Pires, solicitando, à concessionária Vivo, a instalação de um telefone fixo no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Residencial Floresta, aclarando que era sempre cobrado pela população daquele logradouro e, diante do pedido feito, esperava que a Vivo atendesse aos moradores, residentes tão distantes do centro, sem recursos financeiros. Sobre o Parque das Laranjeiras e as obras, que estavam sendo realizadas no bairro, o Vereador João Antônio Pires Gonçalves afirmou que o Secretário de Obras, Rogério da Silva, não seria louco de vir à Casa, diante dos moradores do bairro, para mentir, e convidou os moradores presentes para que acompanhassem os trabalhos das sessões, todas as segundas-feiras, pois era democrático o que faziam, ou seja, reivindicar algo, para o quê, há quase trinta anos, não eram atendidos. E explicou ao Vereador Cinoê Duzo, que não se tratavam de 95% de todo Parque das Laranjeiras, mas 95% das ruas reservadas para esta fase, ruas 18, 19 e 20. “Claro que precisam ser asfaltadas muito mais ruas, para contemplar todo o parque”, finalizou. Novamente na direção dos trabalhos, o Presidente João Pires Gonçalves facultou o uso da palavra ao Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este, inicialmente, colocou seu profundo pesar, pelo falecimento do senhor Q. Soltani, dizendo eu Mogi Mirim havia perdido uma grande pessoa. Posto isto, abordou a moção de repúdio para com a Agência Reguladora Ares – PCJ, colocando que todos os vereadores, sem exceção, tinham ficado indignados com a fala do diretor da Ares – PCJ, que havia falado, que nem o prefeito iria demover o decreto, que determinava um índice de reajuste de 17,67%. Depois, versou sobre o Parque das Laranjeiras e as obras de infraestrutura, que estavam sendo realizadas naquele bairro. “É muito bonita a manifestação dos populares, que reivindicam melhorias para o bairro; muitas vezes, alguns se referem sobre a dona Benedita Noronha de forma sarcástica, é certo que ela discute muito sobre o seu terreno, mas ela fala, na verdade, sobre todo o parque e quanto mais moradores puderem vir à Câmara, com cartazes, narizes de palhaço, mostrando descontentamento, maior a força do movimento, e a imprensa passa a mostrar os problemas e cobrar soluções do Poder Executivo; nós não somos Poder Executivo, somos Poder Legislativo, mas mesmo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assim, estamos cobramos, do Poder Executivo, as reivindicações de vocês, moradores, e é muito boa a presença de vocês aqui”, disse. Por fim, falou sobre as proposições que apresentou, especialmente, solicitação de informes sobre a Dengue e sugestão para construção de um portal, na entrada da cidade, próximo à rodoviária. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires que, inicialmente, externou seus sentimentos à família Soltani, em virtude do falecimento do patriarca, o que classificou de “grande perda para a cidade de Mogi Mirim”. Prosseguindo, comunicou à população, em geral, que, a partir da data, estava em vigor a Agenda Livre para todas as UBSs da cidade. Também comentou sobre a Moção de Repúdio, para com a agência reguladora. “A moção de repúdio não quer dizer nada à Ares-PCJ, então, proponho lotar uma Van e vamos lá, impedir a cobrança. Ora! Como o diretor da Ares-PCJ diz que vereador e prefeito não podem impedir o índice! Temos que reagir e ir até a agência, os dezessete vereadores, e sermos contrários a isso, ou não temos força? Fazemos, caso contrário vamos fechar a loja, como diz Maria Helena; certamente, vão tirar sarro do nosso repúdio”. Versou, finalmente, sobre o Projeto de Lei de iniciativa do Dr. Ary Macedo, projetando alteração na lei das caçambas coletoras de entulhos, empenhando seu apoio, pois era um absurdo a falta de sinalização e a tendência era a de piorar, se uma providência urgente não fosse tomada. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que, inicialmente, empenhou votos de profundo pesar à família Soltani e contou fatos do passado. “Quando a família Soltani chegou, em Mogi Mirim, foi morar no prédio Scudeler, onde morávamos, e Glória, Goli Soltani, e sua irmã, Sissi Soltani, e eu moramos no mesmo prédio, tivemos adolescência próxima e eu sinto muito pela perda, pois senhor Soltani foi um homem que fez a diferença, acolheu jovens do mundo todo, no Centro Educacional Soltanieh, uma pessoa merecedora de todas as homenagens”, endossou. Depois passou a versar sobre o reajuste da tarifa d’água e disse que acreditava no descontentamento de cada vereador, a respeito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do reajuste de 17,67%; que acreditava na boa vontade de todos, ao assinarem a Moção de Repúdio, mas não acreditava no prefeito, pois tinha assinado o decreto, o qual não poderia ter assinado, de forma alguma. Explicou que a resolução era assinada pela agência reguladora Ares-PCJ, mas que o Prefeito Gustavo Stupp poderia não o ter assinado, numa mostra de que não tinha concordado com o elevado índice de 17,67%, portanto, ela não acreditava na isenção de culpa do prefeito, haja vista que as conversas sobre reajustes eram tratadas dentro do SAAE. Aclarou que o reajuste era calculado sobre o tripé energia, produtos químicos e novos investimentos; que os novos investimentos tinham elevado o índice de reajuste; que a agência estava mancomunada com o prefeito, certamente; que, com apenas dois dias no cargo, o prefeito tinha assinado ato regulamentar, endossando e permitindo equiparação entre a tarifa de água e esgoto; que a ela, oradora, o prefeito não conseguia enganar, porque ele tinha concordado, absorvido e gostado, desejara o aumento, certamente, e conjecturou quem faria os futuros investimentos, talvez a próxima concessionário do serviço autônomo de água e esgotos, já que o prefeito tinha a maioria dos votos na Casa. “Perdemos todas, somos fortes, lutamos, mas é em vão, porque quando chegar o edital, será a modalidade, aprovada da forma como o prefeito determinar, ou PPP, ou privatização, ou concessão”, salientou. Depois, para encerrar, dirigindo-se à população do Parque das Laranjeiras, presente nas galerias, comunicou que o Deputado Federal Sílvio Torres, a pedido a bancada do PSDB, Vereadores Osvaldo Quaglio e ela, oradora, tinha direcionado duzentos mil reais, para as obras de infraestrutura do Parque das Laranjeiras. Posto isto, o Presidente da Câmara, João Antônio Pires Gonçalves, estendeu convite para I Conferência Municipal do Direitos da Pessoa Idosa, em Mogi Mirim, de 30 de junho a 1º de julho de 2015, na sede do Clube Mogiano e na Estação Educação e, não havendo mais oradores inscritos, o Presidente suspendeu a Sessão às 20h37, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente).



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: "ex-vi" do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 41, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre denominação da Estrada Rural MMR-30, Município de Mogi Mirim, de "ESTRADA SEBASTIÃO DOMINGUES DE FREITAS". Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 41/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 68, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre denominação da Unidade Básica de Saúde do Bairro Jardim Planalto, Município de Mogi Mirim, de "JOÃO ANTONIO VILLANOVA". Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 68/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 73, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre a criação do CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE (CMTT)". Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. Fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que solicitou Destaque de Votação para todas as suas Emendas, nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, conforme dispõem os Artigos 155, V; e 166, Parágrafo Único do Regimento Interno, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário. Explicou que as emendas tinham sido propostas no sentido de fortalecer o conselho, para que funcionasse, plenamente, e pormenorizou uma a uma, a primeira, modificativa ao inciso IV, do Artigo 3º, ampliando a participação do conselho na elaboração do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

plano diretor; a segunda, aditiva ao Artigo 4º, incluindo os representantes da Secretaria de Sustentabilidade Ambiental; a terceira, modificativa ao inciso II, do Artigo 4º, incluindo participantes da sociedade civil e Associação Comercial e Industrial – ACIMM; a quarta, modificativa ao Artigo 2º, propondo a função fiscalizadora para o conselho, essencial para seu funcionamento; a quinta, aditiva ao Artigo 3º, para que o conselho pudesse acompanhar a elaboração do Plano Plurianual - PPA e da LOA, Lei de Orçamento, para verificar o orçamento reservado às ações de trânsito; a sexta, modificativa ao inciso VIII, do Artigo 3º; a sétima, modificativa ao Artigo 6º, limitando o tempo de permanência do Secretário de Planejamento e Mobilidade Urbana, na presidência do órgão, excepcionalmente, durante o primeiro ano de funcionamento do conselho; e a oitava, aditiva ao Artigo 6º, propondo eleições no segundo ano de funcionamento do conselho. Solicitou a aprovação de suas emendas e concluiu. Também discutiu a matéria o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Este aclarou que o projeto era importante, porque dava diretriz e organizava o conselho, que, por sua vez, amparava a administração. “Parabéns pelo estudo e emendas, Vereadora Dayane Amaro, e as emendas não alteram o projeto, ou tiram o foco, mas o aprimoram, logo, parabéns pela iniciativa, sou favorável ao projeto e às emendas”, sublinhou. Finda a discussão do projeto e das emendas, a Casa passou ao Destaque de Votação. Em destaque de votação todas as emendas da Vereadora Dayane Amaro Costa, nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, ao Projeto de Lei nº 73/2015, do Prefeito Municipal; (colocadas a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o bloco de emendas, ao Projeto de Lei nº 73/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); Em votação o Projeto de Lei nº 73/2015; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 73/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à Comissão de Justiça e Redação para as formalidades de estilo, remetendo-se, ato contínuo, à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); EM SEGUNDO TURNO: “ex-



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 4. Projeto de Lei nº 53, de 2015, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “dispondo sobre incentivo ao cultivo da Citronela e da Crotalária, como método natural de combate à dengue e dando outras providências”; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, Segundo (2º) Turno, unanimemente, o Projeto de Lei nº 53/2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 5. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação, ao Projeto de Lei nº 65, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares e outro, “dispondo sobre a indicação de dívidas provenientes de exercícios anteriores e o novo código de zoneamento, nos carnês de IPTU, e dando outras providências”. (aprovado o parecer desfavorável, o projeto será arquivado, e se rejeitado, será encaminhado às demais comissões, *ex-vi do disposto no §4º do Art. 55 do Regimento Interno*). Inicialmente, fez uso da palavra o autor do Projeto de Lei nº 65/2015, Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando a derrubada do parecer desfavorável. Leu a justificativa anexa ao projeto, explicou, que o procedimento proposto era um meio, para prevenir o morador a não chegar numa situação de dívidas acumuladas, evitando desinformação, e informou que o Vereador Daniel Gasparini dos Santos também assinava a matéria. Ocupou a tribuna, na sequência, o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que também defendeu o projeto e pediu a derrubada do parecer. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que parabenizou os Vereadores Luís Roberto e Daniel, pela iniciativa, colocou-se contrária ao parecer desfavorável e empenhou seu apoio, porque a matéria não trazia burocracia alguma e permitia ao cidadão o acesso à informação, algo que ajudava a população e lhe poupava o tempo, facilitando-lhe a vida. Também comentou a matéria o Vereador Waldemar Marcurio Filho, estabelecendo que iria apoiar o projeto, porque o SAAE já trazia a informação em suas contas e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informação não iria onerar os cofres públicos. Explanou que muitos munícipes não conseguiam fazer face aos débitos, em virtude dos juros, honorários e outras disposições que “levavam a conta longe”. “Se você não paga, executam sua propriedade, portanto, é louvável a informação, constante no carnê de IPTU, pois é uma chance de o cidadão saber, se é devedor, ou não, logo, é uma propositura boa”, endossou e concluiu. (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara rejeitou, Primeiro (1º) Turno, por quatorze (14) votos contrários a dois (02) votos favoráveis, o parecer desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 65/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à análise das demais comissões permanentes); 6. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação, ao Projeto de Lei nº 72, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre a impressão de boleto de pagamento de IPTU, confeccionado nos sistemas convencionais e em Braille”. (aprovado o parecer desfavorável, o projeto será arquivado, e se rejeitado, será encaminhado às demais comissões, *ex-vi do disposto no §4º do Art. 55 do Regimento Interno*). Para discutir o projeto, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, autora do projeto. A vereadora colocou que a CF/88 garantia a acessibilidade como direito de todos; que o deficiente visual não tinha acesso ao carnê, pagava o imposto, mas não tinha acesso ao que nele estava escrito; que o custo, com a proposta, não seria volumoso; que muitos munícipes tinham necessidade do informe em Braille; que simples caixas de chocolate continham inscrição em Braille, pois era o conceito do desenho universal, que mesmo os não deficientes poderiam ter contato com a escrita Braille e que, isto ampliaria a educação da população, pedindo a derrubada do parecer. O Vereador Waldemar Marcurio fez uso da palavra, para dizer da importância do projeto, propondo também a derrubada do parecer desfavorável, e, para concluir, disse que, depois de derrubado o parecer, iria dialogar com a autora, para apresentar emenda à proposta. A Vereadora Daniela Dalben Mota também discursou, parabenizando a vereadora pela iniciativa, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

colocando que existiam pouquíssimas impressoras em Braille, no Brasil. O próximo a discutir foi o Vereador Osvaldo Quaglio. Este afirmou que o projeto era interessante, porque tinha cunho social, muito importante. “Para este tipo de matéria, uma minuta de projeto deveria ter sido encaminhada ao Poder Executivo, mas votarei contra o parecer, e vamos ver outros pareceres de comissões; se o prefeito sancionar, tudo bem, e se ele vetar, vamos ao diálogo”, finalizou; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara rejeitou, Primeiro (1º) Turno, por quatorze (14) votos contrários a dois (02) votos favoráveis, o parecer desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 72/2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à análise das demais comissões permanentes); 7. Projeto de Lei nº 75, de 2015, de autoria do Vereador Professor Cinoê Duzo, “instituinte, no Calendário Oficial do Município, a corrida 22 de Outubro – Cidade de Mogi Mirim – Antônio Gomes da Silva – Antônio Bombeiro”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, Primeiro (1º) Turno, unanimemente, o Projeto de Lei nº 75/2015, do Vereador Cinoê Duzo); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o primeiro inscrito, Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a Vereadora Dayane Amaro Costa, que, de início, noticiou sobre a Caravana da Inclusão, que tinha solicitado à Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Explicou, que a caravana trazia muitas informações sobre políticas públicas à pessoa com deficiência e que, era prevista para o dia 7 de agosto de 2015, no prédio, que abrigava a Rede Lucy Montoro. Depois, falou sobre o plano de mobilidade urbana. “Finalmente, agora, chegou o contrato que celebraram com uma empresa, para elaboração o plano, que não foi feito, e eu estranho que a resposta tenha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vindo da Secretária da Pessoa com Deficiência e não da Secretária de Mobilidade Urbana, embora eu saiba que ela acumula duas pastas, mas deveria assinar pela pasta, corretamente; notei que perderam o prazo, a Lei 2.587 já existia, portanto, sabiam da obrigação de elaborar o plano até junho de 2015, e, olhando o contrato, percebi que pagaram cento e quarenta e seis mil reais à empresa, em 29 de março, logo, faltavam pouquíssimos dias para rompimento do prazo, para elaboração do plano de mobilidade; sabiam que iriam perder o prazo, e, mesmo assim, a administração desembolsou cento e quarenta e seis mil reais do erário e eu pergunto: por que não contrataram a empresa antes? A Lei 2.587 diz que o plano diretor e o de mobilidade devem caminhar juntos, mas o plano diretor já subiu e o de mobilidade virá, no começo de agosto, e estará sendo votado o diretor, então, como vamos estudar, em parceria, como a lei federal propõe? Desconfortável”, discursou e finalizou. Na sequência, como o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, inscrito, desistiu da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que falou sobre as próximas eleições, repetindo que seu nome estava à disposição do partido, PSDB, como pré-candidato majoritário, ao lado de outros nomes, e que, algo além disso, eram especulações. Colocou que o PSDB era um partido amadurecido, que fizera sua convenção, sem qualquer racha, e iria decidir, futuramente, as diretrizes para as próximas eleições, todos os filiados com as mesmas condições, destacando, que o nome que o partido indicasse disputaria a eleição e que, a proposta do partido, seu grande interesse era melhorar a imagem político-administrativa da cidade. Como o próximo orador inscrito, Vereador Cinoê Duzo, desistiu da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Esta agradeceu a presença de todos e da imprensa, na audiência pública que realizou, para discussão da maioria penal. Depois falou sobre o Conselho de Saúde, salientando que tinha lido, nos jornais, sobre a apresentação da avaliação do ano de 2014, pelo Conselho de Saúde, notando que as mesmas denúncias que os Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Maria Helena Scudeler de Barros, Luiz Guarnieri e ela haviam debatido, tinham sido expostas também pelo conselho, tais como, insuficiências de recursos humanos, postos de recepcionistas sendo supridos pelas agentes comunitárias de saúde, num nítido desvio de função, além do uso dos serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de Abril, para contratação de serviços essenciais básicos, principalmente, laboratoriais, bem como falta de medicamentos e de farmacêuticos nas UBSs e inconsistência de marcadores no PPA. Disse que iria entrar em contato com o Presidente do Conselho, para discutir melhor o assunto, pois se tratavam de falhas, que o tempo todo tinham sido apontadas, por ela, em plenário, e muitas coisas básicas, que poderia ter sido feitas, pelo município, mas haviam sido compradas via consórcio. Por fim, enfatizou o Requerimento nº 246/2015, de sua autoria, solicitando da concessionária do transporte coletivo, Viação Santa Cruz, informes a respeito de atrasos nas linhas de ônibus 01, 02, 09 e 10, que serviam à zona leste, em Mogi Mirim, porque desejava uma explicação, por parte da Viação Santa Cruz. “Peço resposta, se está realmente havendo um problema permanente nestas linhas, pois pessoas contam com horário, para seus compromissos”, frisou. O Vereador Jorge Setoguchi foi o próximo a ocupar a tribuna e informou ao Vereador Waldemar Marcurio Filho, que tinha apresentado sugestão semelhante à apresentada pelo edil, para construção de um portal, na entrada da cidade, no ano de 2013, ainda sem atendimento. “Compartilhamos o mesmo objetivo, união de forças em prol do solicitado”, sublinhou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que iniciou, falando sobre a iluminação pública. “Eu não poderia deixar de falar sobre a iluminação pública, pois, até que enfim, a prefeitura tomou uma atitude e fez a parceria com a Elektro; precisamos saber quanto tempo vai durar e os valores que foram cobrados e se permanecerão; eu acredito que são valores caros e que, o ideal seria metade desses valores”, explicou. Depois, reportando-se à fala da Vereadora Dayane Amaro Costa, disse que tinha conhecido a Caravana da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Inclusão, em visita à cidade de São João da Boa Vista, deparando-se com um desfile de moda de pessoas com deficiência, que usavam roupas adaptadas e ele tinha apreciado muito. “Um trabalho bom, acredito que a presença de todos, para apoiar, poderia ser maciça”, destacou. Por fim, comunicou seu desligamento do Partido Solidariedade, pretendendo retorno ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. “Como o Vereador Luiz Guarnieri, relator da comissão de cassação do prefeito, já colocou, fizemos reuniões e estamos aguardando, porque a comissão não se extinguiu, apenas aguarda decisão da liminar, e eu tinha medo de sair do partido e isso atrapalhasse o andamento da comissão, haja vista que a comissão está prejudicada também, pela ação do presidente estadual do SD, David de Carvalho, que ingressou com uma Adin, contra a Câmara, e isto atrapalhou demais minha vida pública e o sonho do meu trabalho, em Mogi Mirim, portanto, vou sair do SD, desejo retornar ao PSDB e vou atrás do deputado Wanderlei Macris, para tentar conseguir uma passarela, para a zona leste, a ser instalada sobre a linha férrea, penso num viaduto, que seria melhor, e conto com apoio para isso”, relatou e encerrou sua fala. Como os próximos inscritos, Vereadores Luiz Antônio Guarnieri, Daniel Gasparini dos Santos e Benedito José do Couto, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. Este insistiu num contato dos vereadores com a Agência Reguladora Ares-PCJ, para, presencialmente, repudiarem o aumento da tarifa de água, desde logo, convidando a todos. Também, destacou que pretendia ir até a ARTESP, para tratativas relativas aos ônibus intermunicipais, pois pretendia solicitar que o ônibus, que fazia a linha Mogi Mirim/Mogi Guaçu, percorresse até o final da Avenida Pedro Botesi, para atendimento aos moradores do Condomínio Residencial Silvia Matta. Por fim, parabenizou o Vereador Ary Macedo, mais uma vez, pela iniciativa do projeto de lei, para normas ao serviço de caçambas e disse que ele também iria solicitar urgente fiscalização do serviço e das caçambas. A última oradora, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desistiu da palavra. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h52, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM